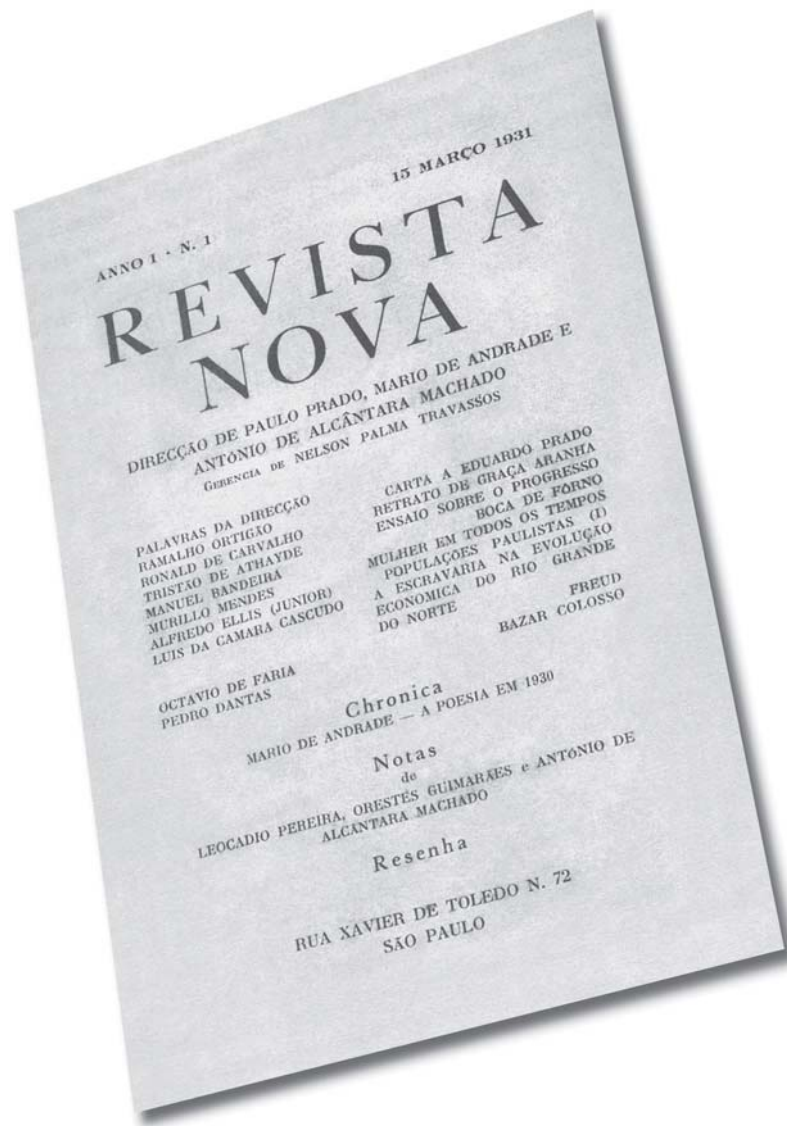


Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova



Revista Nova. Capa da primeira edição. Mar. 1931.

Tania Regina de Luca

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Assis). Pesquisadora do CNPq. Autora, entre outros livros, de *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. trdeluca@uol.com.br

*Texto apresentado no VIII Congresso Internacional da Brasa (*Brazilian Studies Association*), realizado na Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, Estados Unidos, em 2006. Minha participação nesse evento contou com o respaldo da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 35, por exemplo, narra as peripécias enfrentadas por ele e Francisco Patti a fim de obter anúncios para *Novíssima*, revista que fundaram em 1923. BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos: memórias*. São Paulo, Brasiliense, 1954, p. 111, afirma sobre *Floreal*, publicação que não ultrapassou o quarto número: "Não é sem temor que me vejo à frente desta publicação. Embora não se trate do *Jornal do Comércio*, nem da *Gazeta de Pequim*, sei, graças a um tirocínio prolongado em revistas efêmeras e obscuras, que imenso esforço demanda a sua manutenção e que futuro lhe está reservado." Compreende-se por que alguns periódicos surgiam como culturais e literários e acabavam se transformando em revista de variedades, como aconteceu com a elegante *Panóplia*: mensário de arte, ciência e literatura (SP, 1917), que, depois de cerca de uma dezena de números, comunicou aos leitores: "*Panóplia*, que até agora tinha sido apenas uma revista literária, será, d'ora em diante, também um magazine de variedades." *Apud* AMARAL, Antonio Barreto do. Nossas revistas de cultura: ensaio histórico-literário. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Divisão de Arquivo Histórico, v. CLXXIV, 1967, p. 154.

² Lançada em 1936 por F. S. Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, J. M. Pereira da Silva, contou com subsídio do negociante brasileiro Manuel Moreira Neves. Trazia a epígrafe: "Tudo pelo Brasil e para o Brasil". Para a caracterização geral do periódico, consultar: AMORA, Antonio Soares. Apresentação crítica. In: BIBLIOTECA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Niterói*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978, v. 9, p. XV-XXIV (edição fac-símile).

Um repertório do Brasil: tradição e inovação na *Revista Nova**

Tania Regina de Luca

RESUMO

Neste artigo analisa-se a *Revista Nova* (SP, 1931-1932), fundada por Antonio de Alcântara Machado, Mário de Andrade e Paulo Prado, a fim de discernir suas características, objetivos, colaboradores e discutir o lugar ocupado pelo periódico no interior do rol de publicações modernistas inauguradas com *Klaxon*.

PALAVRAS-CHAVE: periódicos culturais e literários; *Revista Nova*; modernismo.

ABSTRACT

In this article I analyze the *Revista Nova* (SP, 1931-1932), founded by Antonio de Alcântara Machado, Mário de Andrade and Paulo Prado. I intend to point out the characteristics, objectives, contributors and also questioning the place occupied by the periodical in the ensemble of modernist publications that was inaugurated by *Klaxon*.

KEYWORDS: cultural and literary periodic; *Revista Nova*; modernism.



Desde os anos 1980, os historiadores valem-se da imprensa não apenas com intensidade crescente, mas também a partir de abordagens que problematizam o uso dessa fonte como mero receptáculo de dados. Ao lado das informações contidas, versões apresentadas, causas abraçadas, interesses políticos e econômicos de seus proprietários, aspectos que encontram na exegese do discurso um instrumento analítico dos mais importantes, tem-se prestado particular atenção ao círculo formado em torno das redações, entendidas como espaços de sociabilidade que agregam indivíduos com base em projetos políticos, artístico-literários, crenças e valores que se pretende difundir por meio da palavra escrita.

No amplo universo dos impressos periódicos, marcado pela diversidade e sempre crescente segmentação de públicos e temáticas, é possível, já no século XIX, discernir entre, por um lado, os devotados à sátira político-social e os de conteúdo leve — para divertir e agradar, e que prefiguravam os semanários ilustrados e de variedades, grande sucesso de vendas da primeira metade da centúria seguinte —, e, de outro, os culturais e literários, bastante próximos do formato livro, que exigiam um leitor disposto a enfrentar ensaios densos e discussões sobre estética. Numa caracterização que se tornou famosa, Olavo Bilac destacou a efemeridade dos últimos, vítimas do que chamou do mal-de-sete-números. De fato, não é difícil encontrar testemunhos sobre as dificuldades que cercavam a fundação e manutenção das revistas culturais e literárias¹, cujos significados e representatividade não podem ser subordinados ao montante de volumes publicados.

Revistas e vanguarda

Ainda que se mencionem de forma genérica as revistas literárias e culturais, vale precisar que as primeiras destinavam-se, sobretudo, à difusão de prosa de ficção, poesia e crítica, enquanto as demais, sem deixar de incorporar a literatura, possuíam escopo mais abrangente e também abrigavam ensaios sobre temas variados, sempre com o intuito de discutir os grandes problemas nacionais e apontar caminhos para solucioná-los. Observe-se, contudo, que a linha demarcatória é bastante tênue, uma vez que as propostas estéticas, longe de se encerrarem nelas próprias, permitem antever estratégias de intervenção no espaço público e esclarecem acerca de valores partilhados pelos propositores, sua maneira peculiar de apreender o passado e imaginar o futuro, daí a opção por referenciá-las de forma conjunta.

Veja-se, por exemplo, o caso de *Niterói*: revista brasiliense, ciências, letras e artes, cujos dois únicos números foram editados em Paris². Ainda que abraçando vasto programa, o que lhe garante lugar de destaque entre as primeiras revistas culturais³, o periódico também é citado nas histórias literárias como marco simbólico no processo de gênese e introdução do Romantismo como programa nas letras brasileiras. De acordo com Alfredo Bosi, nas suas páginas Gonçalves de Magalhães, o autor de *Suspiros poéticos e saudades* (1836), “teoriza sobre uma reforma nacionalista e espiritualista da literatura brasileira”⁴, o que indica o importante papel desempenhado pelos periódicos como pólos aglutinadores idéias.

Os movimentos de vanguarda foram particularmente eficientes em mobilizar esse tipo de veículo como instrumento de luta e difusão de manifestos e princípios, embora não se tenham destacado no quesito durabilidade. Nessa tradição inscreve-se não apenas *Niterói*, mas parte significativa das revistas modernistas, numerosas a partir da experiência pioneira de *Klaxon*. Além de cumprir a função de combater o passado e dar publicidade aos novos ideais, essas revistas também desempenharam (e ainda desempenham) papel estratégico no processo que consagra e transforma a novidade em cânone, uma vez que colaboram para difundir procedimentos típicos de correntes literárias e para habituar os leitores aos mesmos.⁵

Nessa perspectiva, algumas publicações tornaram-se quase sinônimo do movimento modernista, como é o caso de *Klaxon*: mensário de arte moderna (SP, maio 1922 a jan. 1923), iniciativa de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Antonio Carlos Couto de Barros, Tácito de Almeida, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e Luís Aranha; *Estética* (RJ, set. 1924 a jun. 1925), sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto; *A Revista* (BH, jul. 1925 a jan. 1926), editada por Carlos Drummond de Andrade, Francisco Martins de Almeida, Emílio Moura e Gregoriano Canedo; *Terra Roxa... e outras terras* (SP, jan. 1926 a set. 1926), quinzenário em formato de jornal dirigido por Couto Ribeiro e Alcântara Machado, com Sérgio Milliet na secretaria de redação; *Verde*: revista mensal de arte e cultura (Cataguazes, set. 1927 a jan. 1928), projeto dos estudantes Ascânio Lopes, Francisco Inácio Peixoto, Guilhermino César, Henrique de Resende, Martins Mendes e Rosário Fusco; e a *Revista de Antropofagia* (SP, maio 1928 a fev. 1929), fundada por Oswald de Andrade e dirigida por Antônio Alcântara Machado e Raul Bopp na primeira denteção, com Oswald de Andrade, Oswaldo Costa, Jaime Adour

³ Eis um trecho do seu programa: “O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos que determinaram os autores desta obra (...). Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetivos do bem comum e da glória da pátria. Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção do brasileiro amigo da glória nacional (...). A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a literatura nacional e as artes que vivificam a inteligência, animam a indústria enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas”. *Niterói*. In: *op. cit.*, p. XV e XVI.

⁴ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 97.

⁵ O último aspecto foi ressaltado por ANDRADE, Mário. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982, p. 46. Em missiva de 25 ago. 1925, Mário refere-se à publicação dirigida pelo poeta mineiro, intitulada *A Revista*: “Você parece ter vergonha da *Revista*. Meu Deus! Quanto temor e quanta dúvida (...). Façam uma revista como *A Revista*, botem bem misturado o modernismo bonito de vocês com o passadismo dos outros. Misturem o mais possível. É o único meio da gente fazer do público terra-caída amazonense. E isso é que é preciso. Ele pensa que está firme no passadismo e de supetão vai indo de cambulhada, não sabe e está se acostumando com vocês (...). Se *A Revista* morrer por falta de subsistência, também não faz mal. Viveu. Eis o importante.”

⁶ O expediente da publicação traz, até o final de abril, apenas o endereço para correspondência, sob os cuidados de Geraldo Ferraz, ao que se acrescentou a figura do diretor do mês, Jaime Adour da Câmara para maio e Raul Bopp até o final da publicação.

⁷ Nelson Palma Travassos dirigia a Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, de propriedade de Noé de Azevedo. Quando da falência dos negócios gráficos e editoriais de Monteiro Lobato (1925), Azevedo adquiriu boa parte do equipamento de impressão que o escritor havia importado e fundou aquela que seria, durante as décadas de 1930 e 1940, a principal impressora de livros do país, responsável por 60% da produção. A respeito consultar: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005, p. 348-350.

⁸ Na seção Notas, justificavam-se as razões do atraso da revista e informava-se que, “por motivos de ordem particular”, Mário de Andrade não mais figurava entre os diretores. Asseverava-se, no entanto, que o fato “não privará a revista da colaboração habitual do autor de *Macunaíma*, como se depreende do próprio sumário do presente número”. Mário colaborou na citada seção com a resenha de *Galinha Cega*, de João Alphonsus. *Revista Nova*, n. 8-10, dez. 1932, p. 108. Foi consultada a coleção completa da *Revista Nova*, pertencente à Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp/São José do Rio Preto.

⁹ Texto de abertura, sem título, assinado pelos três diretores. *Revista Nova*, n. 1, mar. 1931, p. 3 e 4. As citações subsequentes foram extraídas desta fonte.

da Câmara e Raul Bopp à testa da segunda (SP, mar. 1929 a ago. 1929)⁶. Para todas essas publicações há fac-símiles esmerados, acompanhados de estudos densos e, por vezes, depoimentos e textos de cunho memorialístico, além de dissertações e teses específicas.

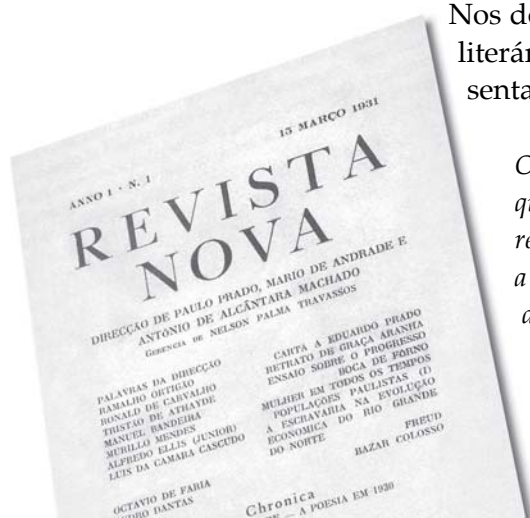
O rol apresentado não significa que inexistissem outras — basta lembrar *Novíssima*: revista de arte, ciência, literatura, sociedade, política (SP, dez. 1923 a jul. 1926), de Cassiano Ricardo e Francisco Patti; *Festa*: mensário de pensamento e arte (RJ, 1. fase, out. 1927 a set. 1929), capitaneada por Tasso da Silveira e Andrade Murici; *Movimento Brasileiro* (RJ, out. 1929 a jan. 1930), cujos nomes-chave eram Renato de Almeida e Graça Aranha, que, a exemplo do conjunto anterior, também foram alvo de estudos acadêmicos, ainda que, com exceção de *Festa*, para a qual há fac-símile da primeira fase, não se conte com republicações. Entretanto, o grupo anterior é o que acumula maior fortuna crítica e número de referências nos manuais de literatura, aspecto que, para ser plenamente compreendido, demandaria discernir não apenas os responsáveis pela fatura dessas revistas, os ideais defendidos, a linha editorial adotada, o processo de arregimentação dos colaboradores e os diferentes entendimentos que tinham acerca do que era moderno, modernismo e brasilidade, mas igualmente atentar para o percurso que consagrou uma certa leitura sobre a nossa história literária, seus protagonistas e pontos de inflexão.

Revista Nova: propósitos e caracterização

Um dos silêncios mais significativos, contudo, formou-se em torno da *Revista Nova*, lançada em São Paulo em 15 de março de 1931, e que circulou até dezembro de 1932. Os fundadores e diretores foram Paulo Prado, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado, três nomes de peso no cenário cultural paulistano e nacional, cabendo a gerência a Nelson Palma Travassos⁷. Trimestral no primeiro ano, passou a bimestral no segundo e foi regularmente publicada até junho. Por conta do movimento de 1932, no qual seus editores se envolveram, os números oito a dez vieram a público em dezembro e num único volume, que já não contou com Mário de Andrade entre os responsáveis⁸. E se parte da enfática declaração que abria o seu manifesto-programa foi cumprida com o fascículo triplo — “Essa revista nasce com a firme tenção de durar. Ano começado será acabado: assegura-se aos possíveis assinantes.”⁹ —, o periódico não foi além do segundo ano de existência.

A curta duração parecia corroborar, com o próprio exemplo, o diagnóstico que justificara o empreendimento, ou seja, “o imenso atraso intelectual” do país. Daí se admitir francamente que “a *Revista Nova* destina-se a uma minoria. Fazendo tudo quanto lhe for possível para engrossá-la. Nos dois sentidos”. Metas tão amplas extrapolavam a criação e a crítica literária, como fizeram questão de frisar os signatários do texto de apresentação:

O conto, o romance, a poesia e a crítica deles não ocuparão uma linha mais do que de direito lhes compete numa publicação cujo objetivo é ser uma espécie de repertório do Brasil. Assim o interessado encontrará aqui tudo quanto se refere a um conhecimento ainda que sumário desta terra, através da contribuição inédita de ensaístas, historiadores, folcloristas, técnicos, críticos e (está visto)



literatos. Numa dosagem imparcial. Resta esclarecer que, sendo da sua terra, a Revista Nova será também do seu tempo. E deste terá sobretudo a feição polêmica que o caracteriza.

Não se tratava de abandonar as questões estritamente literárias, mas de enquadrá-las a partir de perspectiva mais vasta, tarefa que se afigurava urgente num contexto marcado por amplas mudanças políticas e pelo impacto da crise econômica deflagrada em 1929. A problemática do autocohecimento da nação ressurgia com força e inaugurava mais uma redescoberta do Brasil¹⁰. Talvez em função do clima reinante, os mentores da revista decidiram chamá-la *Nova*, adjetivo particularmente mobilizado pelos protagonistas do mundo político, que se consideravam instituidores de um outro tempo, o da República Nova, contraposto ao tempo da República Velha, denominação pejorativa reservada aos antecessores.

Há que se ter presente o esforço, patente desde o início do governo provisório de Getúlio Vargas, de ampliar o significado do movimento de 1930, num investimento que visava a apresentá-lo como maior do que uma mera disputa entre grupos oligárquicos. Assim, longe de se limitar à consecução de um objetivo imediato — a resolução da crise sucessória —, os ocupantes do poder estatal se auto-impunham nada menos do que a reformulação completa do país, ancorados num discurso de ruptura com a experiência anterior. Não faltam exemplos de análises e depoimentos, produzidos no calor dos acontecimentos, que louvavam as renovações em curso. E, de fato, tornou-se freqüente a associação entre o regime instalado em 1930 e a idéia de Brasil moderno. A proposta de fornecer ao leitor um repertório do país, constituído no espaço democrático da revista a partir da polêmica e do debate, “que correrá livremente por conta e risco dos colaboradores”, estava, portanto, em sintonia com os desafios do momento, que convidavam à releitura do país.¹¹

Na sua correspondência, Mário insistiu nesse ponto e reafirmou, em várias oportunidades, os princípios enunciados na apresentação e que presidiam a escolha do material a ser publicado. Para Augusto Meyer, meses antes do surgimento do primeiro número, informava: “É uma revista séria, de 150 páginas no mínimo, trimestral, publicando muito pouca literatura, pelo menos literatura gratuita. Muita crítica e muitos estudos de qualquer ordem que tenham imediata correlação com o Brasil”. Além disso, assegurava ao amigo que “a revista, você nos conhece, ou pelo menos a mim, não terá a mais mínima restrição estaduanista, será de interesse e de divulgação brasileira”. Pouco depois, para Câmara Cascudo, que seria colaborador assíduo, afirmava: “Queremos logo, logo o artigo sobre Álvares de Azevedo e o fumo (...). Quanto ao Buda, por enquanto, pra orientação brasileira da revista não interessa bem, veria descaminhar muito essa orientação, o que aliás é a única bem fixa pro corpo dos artistas [sic]: coisas que interessam diretamente ao Brasil.”¹²

A *Revista Nova*, dirigida por dois dos mais expressivos escritores do modernismo e por um dos principais mecenas do movimento, Paulo Prado, que publicara *Paulística* (1925) e *Retrato do Brasil* (1928), de fato era nova no sentido de romper com a recente tradição de periódicos modernistas nos moldes inaugurados por *Klaxon*: agora, não se tratava de combater a ordem literária vigente, proclamar e exercer o direito à experimentação, mas antes contribuir com o empenho de compreensão do país, pro-

¹⁰ A respeito ver: MEYER, Marlyse. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. *Caderno CERU*, São Paulo, FFLCH/USP, set. 1980, p. 23-46.

¹¹ Trecho extraído da apresentação, p. 4. Em MELO, Veríssimo de (org.). *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 104, há carta, datada de 27 abr. 1931, na qual se lê: “Você, não sei onde, descobriu, no artigo de boca, que a revista tem doutrina própria. Não tem não senhor. Aceita todas as doutrinas, todas as controvérsias, contanto que tenham algum interesse mais ou menos imediato pra cultura e conhecimento do Brasil.”

¹² Consultar, respectivamente, FERNANDES, Lygia (org.). *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968, p. 83 e 84, carta de 23 jan 1931, o que indica que o processo de preparação do lançamento da revista foi cuidadoso, e MELO, Veríssimo de (org.), *op. cit.*, p. 104. A expressão “corpo dos artistas” talvez se deva a um lapso da transcrição do documento ou do próprio missivista; o mais provável é que se tratasse do corpo dos artigos. Em nova carta a Cascudo, em 29 maio 1931, Mário voltou ao tema: “achamos o assunto [Buda, Santo Católico], por enquanto, pouco propício para nós que inda não estamos definitivamente fixados e queremos de todo em todo caracterizar a revista como órgão de interesse e pesquisas de ordem intrinsecamente nacional” (p. 108).

¹³ MORAES, Marcos Antonio de (org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: Edusp/IEB, 2001, p. 499 (carta de 14 abr. 1931).

¹⁴ A *Revista do Brasil* foi lançada em janeiro de 1916 por Júlio Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, e adquirida por Monteiro Lobato em maio de 1918. Para poder importar maquinário moderno para sua gráfica e editora, Lobato associou-se a Paulo Prado, que, a partir de janeiro de 1923, passou a dirigir a *Revista do Brasil*. O encerramento da primeira fase do periódico ocorreu em maio de 1925, em função da falência dos negócios de Lobato.

¹⁵ O número inaugural contém abertura que fazia as vezes de editorial. Todos os subsequentes, exceção feita ao sexto e ao último, que foi triplo, abriam-se com texto intitulado Momento. Entre os temas aí tratados estavam: o acordo ortográfico; o movimento de 1930 e seus objetivos; a questão da Constituição; as eleições e os partidos políticos. Paulo Prado assinou a maior parte dos editoriais quando esteve na direção da *Revista do Brasil*, e não parece descabido supor que se deva a ele a reedição da página com título tão próximo.

¹⁶ Observa-se a preocupação, constante em todos os números, de iniciar a série de artigos pela reprodução de documentos históricos: n. 1, carta de Ramalho Ortigão a Eduardo Prado; n. 2, carta de José Bonifácio ao Visconde de Pedra Branca; n. 3, inéditos de um romance de Álvares de Azevedo, sendo que todo o número foi dedicado ao centenário desse escritor; n. 4, excertos da correspondência de Alberto Rangel; n. 5, inéditos de Eduardo Prado; n. 6, excertos do *Diário*, de Taunay; n. 7, extratos dos Arquivos Domésticos da Companhia de Jesus, obtidos por Eduardo Prado; n. 8, carta de Eça de Queiroz a Eduardo Prado. Pela natureza das temáticas, é bastante provável que tenha cabido a Paulo Prado a responsabilidade da sugestão/seleção dos textos, bem como a preocupação de iniciar cada exemplar com material dessa natureza.

¹⁷ FERNANDES, Lygia (org.), *op. cit.*, respectivamente cartas de 18 jul. 1931, p. 86, e 5

jeto que incluía a criação literária, porém nela não se esgotava. Manuel Bandeira foi preciso ao salientar que “desde logo posso dizer que estou de pleno acordo com o programa representativo da revista (...). O que é preciso é uma revista que seja uma espécie de arquivo da nossa cultura geral. A vantagem de ser feita por gente de vanguarda é incluir também a vanguarda, e vanguarda bem escolhida.”¹³

Apresentação, estruturação e colaboradores

Se o periódico distanciava-se de um certo modelo inaugurado em 1922, aproximava-se das revistas de cultura em sentido mais amplo e guardava considerável proximidade com a experiência congênera mais recente, a *Revista do Brasil* em sua primeira fase (SP, jan. 1916 a maio 1925), publicação que os diretores da *Revista Nova* conheciam de perto, notadamente Paulo Prado, que a dirigiu de janeiro de 1923 até o seu fechamento.¹⁴

Vale destacar a semelhança não apenas dos objetivos, mas também de aspectos formais e materiais, como formato (22,5 cm x 15,5 cm); capa, quase toda tomada pelo sumário, e distribuição interna da matéria. Tal qual na antecessora, em geral o número abria-se com o editorial (Momento), cuja denominação era praticamente idêntica à adotada na *Revista do Brasil* (O Momento) à época de Paulo Prado, e que, no mais das vezes, abordava temas candentes¹⁵. Seguiu-se um conjunto de artigos, sempre encabeçado pela reprodução de algum documento de valor histórico¹⁶ e entremeado pela produção ficcional que deveria ocupar, pelo menos do ponto de vista quantitativo, lugar secundário, praxe também adotada na revista fundada por Júlio Mesquita.

Entretanto, os diretores da *Revista Nova* enfrentaram sérias dificuldades para se manter fiéis aos intentos citados, e, em alguns números, a ficção quase emparelhou com os ensaios propriamente ditos. No que tange à prosa, a regra era uma contribuição por número, como se constata na lista dos textos publicados: Pedro Dantas (Prudente de Moraes, neto, n. 1); Alcântara Machado (n. 2); Álvares de Azevedo (n. 3, número a ele dedicado); Sérgio Buarque de Holanda (n. 4); José de Mesquita (n. 5); Rodrigo Melo Franco de Andrade (n. 6); Mário de Andrade (n. 6); Marques Rebelo (n. 7) e João Pacheco (n. 8). Já para a poesia sabe-se, pelas afirmações de Mário a Meyer, que, de uma parte, se queria “pouca poesia, será um poeta de cada vez. E está claro que não determinamos prioridade de valor na sucessão deles”, e, de outra, que a intenção era oferecer aos leitores uma amostra expressiva da produção do escolhido: “Se quiser mandar poesia, agora já serve. Mande reservar um número, em que sairão só poesias de você, em vez de uma, três ou quatro, ou quarenta, quantas você quiser, mas que fique bem representado”¹⁷. Contudo, levar adiante o projeto, em larga medida concretizado, não foi tarefa simples, pois, como revela a correspondência dos diretores, obter os estudos e ensaios constituiu-se num grande desafio.

A Prudente de Moraes, neto, que assinou vários textos para a *Revista Nova*, Alcântara Machado remeteu, em janeiro de 1932, um apelo no qual incluía vasto rol de possíveis colaboradores, vários deles não comprometidos com os ideais modernistas, o que colabora para entender a natureza e os objetivos da publicação:

S.O.S. S.O.S. A Revista Nova está morrendo por falta de alimento sadio e abundante. Realmente estamos lutando com a falta de originais. Já fiz vários apelos diretos. Peço a você que faça outros. Indico alguns possíveis salvadores: Aníbal Machado (É Aníbal mesmo?), Marques Rebelo, Afonso Arinos Sobrinho, Peregrino Júnior (conto), Raul Fernandes, Pandiá Calógeras, Alfonso Reyes, Tristão da Cunha, Otávio de Faria e sobretudo Prudente de Moraes, neto.¹⁸

Augusto Meyer, por sua vez, recebeu várias cartas de Mário de Andrade com insistentes pedidos para que enviasse artigos e atuasse como uma espécie de representante da revista junto aos escritores do Rio Grande do Sul: “Já falei também, não se esqueça da gente, e que faço de você aí nosso interventor, arre que palavra odiada!” Todavia, o autor de *Macunaíma* não deixou de precisar a natureza dos textos desejados:

*estudos sobre qualquer assunto brasileiro é que pedimos [como] colaboração. Literatura de ficção só mesmo em pequena quantidade. Será um meio de levantar o nível intelectual dos nossos paisanos imaginativos. Você pense e me responda sobre o que pode arranjar por aí pra nós. De você e de quem quer que seja daí. Nos falta o Rio Grande [do Sul] na revista até agora, e, sem elogio, você compreende que isso não pode absolutamente ser.*¹⁹

A contribuição, porém, demorou a chegar e só se efetivou sob a forma de poesia, publicada no sexto número. Mário não deixou de comentar o fato, que lhe forneceu oportunidade para traçar o quadro das dificuldades enfrentadas pela revista:

*Agora raciocinemos. Levei um ano pedindo artigos, estudos seus ou de algum batuta daí para Revista Nova, e nada. Pedi verso, veio logo. Gordo, grosso e bien portant. Esse é o nosso desespero na Revista Nova. Ainda o último número [sexto] foi asperamente criticado na zona, porque tinha “muita literatura”. Opinião do Paulo Prado e tutti quanti. É incontestável. Mas você não imagina a dificuldade de arranjar neste país quem escreva sobre os assuntos do momento, quem faça ensaios sobre assuntos brasileiros, é um martírio o nosso. E os que fazem ou carece pagar ou são inaceitáveis. Um Roquette Pinto, amigo nosso, manda traduções do Fausto!, diretor do Museu Nacional, antropologista, sujeito mesmo de valor. E é nisso que vivemos numa luta danada. Perdoe o excesso de literatura que havia no último número da Revista Nova. Dois contos! e leve isso na conta da inenarrável preguiça e também incultura deste povo angélico. (...) E que as aperturas da Revista Nova sugiram a você alguém por aí que nos mande ensaios, sociologia, república nova, etnografia, história, amor.*²⁰

O conjunto de colaboradores, quase todos com apenas um artigo, incluiu, além dos diretores, Luís da Câmara Cascudo, Ronald de Carvalho, Tristão de Ataíde, Octávio de Faria, Alfredo Ellis Júnior, José da Silva Gordo, Martins de Almeida, Antonio Piccarolo, Astrogildo Pereira, Afrânio Peixoto, Homero Pires, Azevedo Amaral, Artur Motta Filho, Osório César, amostra que indica a diversidade de posições políticas que a revista foi capaz de reunir no decorrer dos seus oito números.

A *Revista Nova* encerrava-se com um grupo de seções que se manteve relativamente estável: Crônica, na qual se abordavam assuntos variados, desde ensaios de crítica literária e cultural até a situação política do

dez. 1931, p. 94. Nem sempre a revista trouxe um único poeta por número, como atesta a relação daqueles que nela publicaram: Manoel Bandeira (n. 1 e 4), Carlos Drummond (n. 4), Guilherme de Almeida (n. 2), Luiz Aranha (n. 7), Augusto Meyer (n. 6); Murilo Mendes (n. 1, 4 e 8-10) e Sérgio Milliet (n. 5). O terceiro número, dedicado a Álvares de Azevedo, não conteve poesias.

¹⁸ MACHADO, Antônio de Alcântara. *Pressão afetiva e aquecimento intelectual: cartas de Antônio de Alcântara Machado a Prudente de Moraes, neto*. São Paulo: Giordano: Lemos/Educ, 1997, p. 145 e 146.

¹⁹ FERNANDES, Lygia (org.), *op. cit.*, carta de 28 fev. 1932, p. 97, e de 18 jul. 1931, p. 87, respectivamente. Em missiva de 23 jan. 1931, antes do lançamento da revista, ele solicitava: “Está claro que, na lista dos colaboradores, desde logo você foi incluído. O convite eu estou fazendo agora. Como digo: preferimos um estudo, o que você quiser, científico de qualquer ordem, indagações folclóricas, etc. etc. à literatura pura. Vá vendo o que você pode nos dar, que, além do pedido de diretor, ajunto aqui uma exigência de amigo. Em último caso, se você não quiser pôr mãos à obra num trabalho importante, venha literatura, mas venha o seu nome, que é indispensável pra nós. Não tem muita pressa porque o primeiro número já tem matéria suficiente” (p. 83).

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 103 (carta de 16 maio 1932). O número referido por Mário, de 15 abr. 1932, além das poesias de Augusto Meyer e da citada tradução do *Fausto*, estampava contos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e do próprio Mário. Fora do âmbito da ficção, havia excertos do *Diário*, de Visconde de Taunay e trecho do estudo de Alfredo Ellis Júnior, *Populações paulistas*, publicado ao longo dos números 1, 2, 4, 5, 6 e 7.

²¹ A seção só não foi publicada no último número. No primeiro trouxe o famoso ensaio de Mário de Andrade, “A poesia em 1930”, e contou, em todos os demais, com textos de Prudente de Moraes. Em duas oportunidades, além de Prudente colaboraram Antônio de Alcântara Machado (n. 7) e Pierre Guégen (n. 6). Para uma análise detalhada do texto de Mário e da sua produção crítica de forma geral, consultar: LAFETÁ, João Luiz. 1930: *a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000, p. 151-224.

²² Além dos autores citados, responsáveis pela maior parte das resenhas, registrem-se os seguintes: Amadeu Amaral Júnior (1); Antonio Carlos Couto de Barros (1); Carlos Ponto Alves (1); José de Almeida Camargo (1); Manuel Bandeira (1); Rosário Fusco (1); Sérgio Milliet (1); Tácito de Almeida (2) e Vicente de Paulo Vicente de Azevedo (1). A seção constou em todos os números publicados. Para Meyer, Mário anunciou em 6 jan. 1932: “Dei nota sobre [Literatura e Poesia] pra *Revista Nova*, embora tenha abandonado a crítica pormenorizada de livros na revista. Me deixa muito preso, diretor e crítico, e às vezes me surpreendo insincero, elogiando demais ou chocando por atacar. Só farei crítica em casos excepcionais. Como é o seu caso”. FERNANDES, Lygia (org.), *op. cit.*, p. 95.

²³ Vale lembrar que na primeira denteção da *Revista de Antropofagia* havia seção de idêntico nome, que também transcrevia material proveniente da imprensa. O caráter jocoso desta, potencializado pelos títulos e comentários, não se reproduz na *Revista Nova*. De fato, nota-se uma leve preferência por situações que envolvam personalidades do governo, o que acaba atuando como uma forma discreta de crítica. Eis um exemplo: “Acorde Ministerial. Rio. O ministro Oswaldo Aranha trouxe de Teresópolis, para presentear a seu amigo General Leite de Castro, um terno de frangos Leghorn, considerados um verdadeiro primor da raça galinácea. Hoje, o ministro Leite de Castro agradeceu o presente do colega. Não têm fun-

momento, e que esteve, quase que exclusivamente, sob a responsabilidade de Prudente de Moraes, neto²¹; Resenha, que, à semelhança da seção Resenha do Mês da *Revista do Brasil*, compunha-se de transcrições provenientes de outros órgãos de imprensa acerca de temáticas variadas e só não se fez presente no último número; Notas, que — ademais de conter informes da redação a respeito da revista, listar as obras recebidas, fornecer dados sobre os colaboradores do número e publicar cartas dos leitores, sempre questionando interpretações e informações dos seus articulistas, cumprindo assim o ideal de ser um espaço de debates de idéias — também trazia resenhas dos últimos lançamentos, assinadas, sobretudo, por Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade, Leocádio Pereira e Orestes Gusmão²²; Brasiliana, seção na qual se reproduziam, sem qualquer comentário e precedidos de títulos discretos e/ou neutros, excertos de atos oficiais, entrevistas de homens públicos e notícias divulgadas em jornais que surpreendem pelo conteúdo inusitado²³, e, por fim, Etnografia, iniciada no segundo número, e que estampou os trabalhos *Língua nacional*, de Rodrigues de Carvalho (n. 2, 3, 6 e 7), *Superstições do povo paulista*, de Amadeu Amaral Júnior (n. 3, 4, 5), *Romanceiro de Lampião*, de Leocádio Pereira (n. 8), além de nota de Prudente de Moraes, neto sobre a cuíca (n. 2) e contribuição de leitor sobre as *Superstições em Tanabi* (n. 7).

Na epistolografia de Mário de Andrade há vários registros sobre esta seção. É bastante provável que a inspiração para organizá-la estivesse relacionada à descoberta da *Revista Lusitana*, ocorrida por ocasião de uma de suas estadas em Araraquara no início dos anos 1930, e logo compartilhada com Bandeira — “Topei com 18 volumes da *Revista Lusitana* e percorri todos. Trouxe comigo 300 notas!!! Já é trabalho, heim!” — e Drummond — “Tenho, faz dez dias que estou aqui, devorado a *Revista Lusitana*, em estudos de etnografia”²⁴. Ao referir-se à seção, não deixava de citar o exemplo português, como se observa na correspondência com Augusto Meyer²⁵ e Câmara Cascudo²⁶. Os estudos etnográficos, que sempre estiveram entre as preocupações de Mário, ganharam nova orientação e sentido quando ele esteve à frente do Departamento de Cultura. Além de organizar curso sobre o tema, fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore (1937), no que contou com a ajuda de Claude Lévi-Strauss e, especialmente, de sua esposa Dinah, assim como de outros professores da recém-fundada Universidade de São Paulo.²⁷

Finanças e administração

Apesar das dificuldades iniciais e do resultado final nem sempre parecer plenamente satisfatório aos olhos de Mário de Andrade²⁸, a revista começava a firmar-se, e, em novembro de 1931, ele anunciava a Cascudo: “Em 1932, estamos com idéia de publicar a revista bimestralmente. Você não imagina em que acúmulo de colaboração estamos agora. Toda a gente já percebeu mesmo que a revista vale a pena e se sente com prazer de colaborar nela, é o nosso gostinho.”²⁹

A questão do financiamento, sempre tão fundamental para empreendimentos dessa natureza, pode ser esclarecida a partir das fontes epistolares. Para os colaboradores não havia remuneração, mas se ofertava uma assinatura anual, como informava Mário a Câmara Cascudo: “Bom, antes de mais nada: você diz que vai mandar assinar a revista, o que é

besteira. Está claro: nós [não] pagamos artigos porque isso é mesmo de todo em todo impossível, mas ao menos somos suficientemente... distintos pra presentear os nossos colaboradores com a anuidade da revista”³⁰. Já para Augusto Meyer, confidenciava que as despesas eram rateadas entre os editores, segundo a velha praxe consagrada para esse tipo de publicação:

*Quanto à situação da revista, é esta: não podemos pagar colaboradores. O fato de Paulo Prado, um ricoço, estar entre os diretores da revista nada tem que ver com a riqueza dele. Entramos cada um dos três com 1:500\$000, e, graças a deus, pelo sucesso de venda parece que não teremos déficit ou este será pequeníssimo. Você compreende como era importante a igualdade de condições nos diretores pra que um não prevalecesse sobre os outros. Inda faz pouco vetamos um artigo mineiro proposto pelo Paulo Prado, e ele se sujeitou. Se tivesse botado mais dinheiro na revista, importaria a coisa que era de amigo dele. Enfim, meu caro, a verdade é que direção de revista traz atrapalhões enormes. Tanto que agora constituímos, como em certas revistas européias, uma comissão secreta de leitura, pros artigos e estudos não solicitados pela direção. E dessa comissão nenhum de nós faz parte, que é pra nos livrar de excessivas inimizades por aí.*³¹

O trecho permite supor que o custo dos quatro números, relativo ao primeiro ano de existência, foi dividido entre os diretores para assegurar a manutenção da publicação, que não dependeria de outras fontes, como a publicidade, ausente de suas páginas. O capital investido deveria ser recuperado com as vendas, com o que se garantiriam recursos para a impressão dos volumes do ano subsequente — quiçá uma racionalização proposta pelo capitalista Paulo Prado. Daí a afirmação peremptória, antes de qualquer explicitação de objetivos ou propostas, para marcar a diferença entre a *Revista Nova* e outras publicações semelhantes, sempre tão frágeis e instáveis no quesito perenidade: “Ano começado será acabado: assegura-se aos possíveis assinantes”. Constavam como pontos de assinatura, além da redação e administração da própria revista, a Livraria José Olimpio (SP), Plínio Doyle (RJ) e João Mendonça (PB). Não há dados sobre a tiragem ou processo de distribuição, mas é curioso que Mário de Andrade insistisse com Meyer para conseguir apenas colaborações, liberando-o de outros encargos, tão avidamente solicitados no caso de outras publicações modernistas: “Enfim, acho mesmo que você, se quer nos ajudar, pode ficar uma espécie de preposto nosso aí no Rio Grande, não pra distribuir a revista nem pra arranjar assinaturas, que temos encarregado disso, mas pra arranjar colaborações importantes e úteis pro Brasil”³². Em relação às vendas, cerca de uma semana depois do aparecimento do primeiro número, Bandeira contava a Mário: “Me disse o Schmidt que a revista vai tendo bastante saída. Até ontem, dos 15 exemplares mandados tinham-se vendido 7”, o que indica a pequena escala do negócio.³³

O mesmo excerto permite antever as dificuldades inerentes a uma direção compartilhada e a busca de saídas, como a comissão secreta de leitura que, mais do que servir de anteparo para possíveis inimizades decorrentes de recusa de colaborações, talvez fosse uma estratégia para evitar dissensões e lutas entre os editores. Estas afloravam não apenas em relação ao conteúdo, mas também no tocante à forma de administração. A

damento as notícias da saída do general Leite de Castro do Ministério da Guerra. Ele está de pleno acordo com o governo”. *Diário Popular*, São Paulo, 13 nov. 1921. No outro extremo, situa-se a nota transcrita do *Diário da Noite*, São Paulo, 11 maio 1932: “Rio, 11 h. D. Ana Waise, de 61 anos, tendo de submeter-se a uma operação cirúrgica e não querendo que o médico visse o seu corpo, pôs termo à existência seccionando a carótida com uma navalha, na residência do seu genro”. *Revista Nova*, n. 5, 15 fev. 1932, p. 120, e n. 7, 15 jun. 1932, p. 375, respectivamente.

²⁴ MORAES, Marcos Antonio de (org.), *op. cit.*, p. 452, (carta de 5 jul. 1930), e ANDRADE, Mário. *A lição do amigo*, *op. cit.*, p. 152. Em nota, Drummond informa: “*Revista Lusitana*, importante publicação de estudos lingüísticos e literários, fundada e dirigida por José Leite de Vasconcelos, em Lisboa. Publicaram-se 38 volumes, de 1887 a 1943” (p. 159). Anos depois, em carta de 9 jan. 1935, dizia a Bandeira que estava escrevendo fichas e fichas dos números não lidos da *Revista Lusitana* (p. 608).

²⁵ Em 18 jul. 1931 perguntava: “E você já reparou a importância que está tomando a parte etnográfica da revista?” A resposta positiva do amigo ensajou, em 28 ago. 1931, novos comentários: “Você tem razão quando elogia a parte etnográfica da revista, confesso que essa é a menina dos meus olhos, quero ver se consigo deixar nisso a revista tão importante pra nós como é a *Revista Lusitana* pra Portugal”. E, sempre preocupado em obter novas colaborações, insistia em 28 fev. 1932: “E os etnógrafos, não aparecerá nenhum [do RS] que queira nos enviar alguma coisa?” FERNANDES, Lygia (org.), *op. cit.*, p. 87, 88 e 97, respectivamente.

²⁶ “O trabalho sobre ‘Poesia Sertaneja’ que você oferece foi aceito com entusiasmo. É nosso e zangaremos que você falte à oferta. Queremos fazer da revista um repositório etnográfico de primeira ordem, que seja pro Brasil mais ou menos o que é a *Revista Lusitana* pra Portugal (...). O estudo que você faz ou está fazendo sobre a pajelança me

deixou com água na boca. A pajelança não foi ainda estudada, creio que é importantíssima. Mande dizer como vai a coisa". MELO, Veríssimo de (org), op. cit., p. 111 (carta de 18 jul. 1931).

²⁷ A respeito da atuação de Mário no Departamento de Cultura, ver: RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil*: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2001. O impacto das novas orientações metodo-lógicas, aportadas pelos professores estrangeiros da USP, principalmente o casal Lévi-Strauss, nas concepções etnográficas de Mário, foi analisado por BYNGTON, Sílvia Ilg. *Prezados modernistas*. A correspondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade. In: CHALHOUN, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de História Social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005, p. 491-517. Sobre a Sociedade de Etnografia, consultar: RUBINO, Silvana. *Clubes de pesquisadores*. A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995, v. 2, p. 479-521.

²⁸ Em carta Augusto Meyer, de 28 fev. 1932, Mário afirma: "de vez em quando a gente carece mesmo de fazer números ruins ou então publicar coisas horríveis. Porque só assim os burrogueses compram a revista e gostam dela. E nós carecemos dos burrogueses para sustento da revista (...). Daí a precisão absoluta do burroguês, e explicação das 'Corás' [conto de José Mesquita, desembargador em Cuiabá] que forem saindo na *Revista Nova*. Não está certo?" FERNANDES, Lygia (org.), op. cit., p. 96. Sobre o mesmo texto há observação crítica de MACHADO, Antônio de Alcântara, op. cit., p. 146.

²⁹ MELO, Veríssimo de (org), op. cit., p. 116 (carta de 11 nov. 1931).

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 104 (carta de 27 abr. 1931).

respeito da distribuição gratuita da revista, Alcântara queixava-se a Prudente:

*Ciente da reclamação do embaixador do México e do único devedor conhecido da Alemanha. Providenciarei a remessa. Aliás, não faço outra coisa senão atender reclamações idênticas. O nosso diretor-gerente [Paulo Prado] é duro para esse negócio de enviar exemplares gratuitamente. Assis, a revista morre, é o estribilho dele. Pois deixa que morra, respondo eu. Será uma pena, volta ele. E ficamos os dois penalizados com o trágico desaparecimento, os olhos ao alto,, à procura de um remédio salvador. Logo mais (a propósito da reclamação já aludida) se repetirá a cena tocante, digna do pincel de um Rembrandt. Mas (pode estar certo) os exemplares seguirão.*³⁴

A boa lógica econômica de Paulo Prado não prevaleceu plenamente, mas foi tentada a ponto de ser sentida por Manuel Bandeira, que, em dezembro de 1931, reclamava com Mário de Andrade: "Sei que a *Revista Nova* já anda nas livrarias, mas não a recebi ainda: primeiro chega a do assinante Cícero [Dias] e, umas duas semanas depois (quando eu reclamo ao Alcântara), o meu exemplar³⁵. O desaparecimento da publicação, contudo, não parece ter se dado por questões de ordem econômica. O que de fato a nocauteou foi o movimento de 1932 e a instabilidade político-econômica que afetou o Estado — situação que também atingiu o jovem editor José Olympio, que lançara seu primeiro livro em fins do referido ano, mas acabou se mudando para o Rio de Janeiro em 1934. Ainda que nos volumes da *Revista Nova* não houvesse qualquer indicação de que ela deixaria de circular, a publicação do número triplo final, em dezembro do fatídico ano de 1932, pode ser entendida como cumprimento da solene promessa feita aos assinantes: "Ano começado será acabado."

Revista Nova?

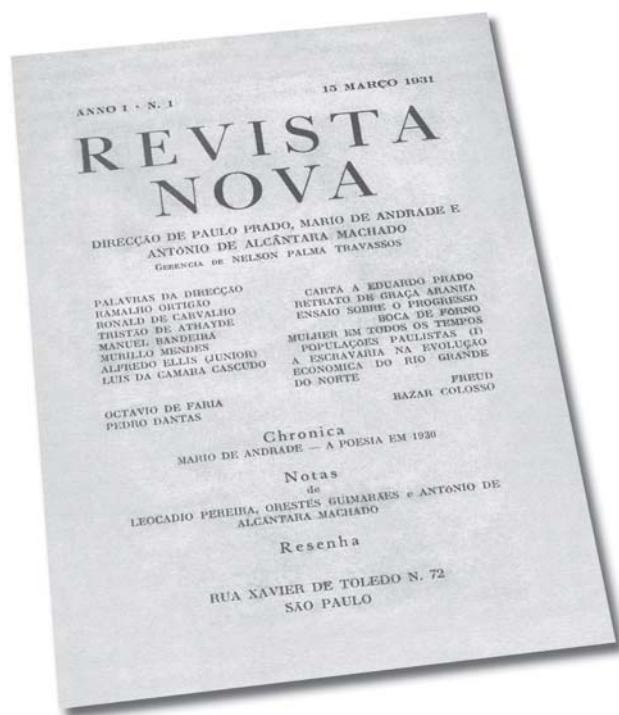
A *Revista Nova* distingue-se das publicações levadas a efeito por nomes representativos do modernismo na medida em que subordinava a produção ficcional e a discussão de problemas estéticos ao intento de oferecer interpretações e análises sobre a realidade nacional. Nessa perspectiva, não era propriamente nova, pois reatava os fios de uma tradição que remontava, pelo menos, a certas fases da *Revista Brasileira* (séculos XIX e XX) e à *Revista do Brasil*. A publicação recolocava em cena propostas típicas das revistas culturais, o que pode ser considerado, no contexto específico de seu lançamento, uma inovação. Por outro lado, se é freqüente tomar a *Revista de Antropofagia* como marco final da série de periódicos inovadores, a *Revista Nova* igualmente assinala a conclusão de um percurso, ao se constituir na última empreitada conjunta dos modernos de São Paulo, distanciados não apenas em função das disputas em torno da herança da *Semana*, patente desde meados dos anos 1920, mas também por doutrinas e lutas políticas, o que os conduziu a abraçar caminhos muito distintos.

É significativo que os dois periódicos paulistas que alcançaram projeção no período compreendido entre 1932 e 1945 resultaram, direta ou indiretamente, de empreendimentos culturais patrocinados pela oligarquia paulista. Tal foi caso da *Revista do Arquivo Municipal* — publicação

oficial da prefeitura, fundada em 1934 e cuja linha editorial conheceu importantes mudanças quando Mário de Andrade, à frente do Departamento de Cultura, foi diretor do periódico, que contou, ainda, com Sérgio Milliet na secretaria —, e da *Revista Clima*, projeto dos alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, com dezesseis números editados entre abril de 1941 e novembro de 1944, e que estampou na sua edição inaugural o famoso texto “Elegia de abril”, de Mário de Andrade³⁶. Importa destacar, no entanto, que as iniciativas mais notáveis na chamada era Vargas teriam por sede o Rio de Janeiro, e não mais a cidade de São Paulo.



Artigo recebido em agosto de 2006. Aprovado em setembro de 2006.



³¹ FERNANDES, Lygia (org.), *op. cit.*, p. 86 e 87 (carta de 18 jul. 1931). Pouco depois, voltava ao assunto: “Está claro que, se a gente pedisse, tenho a certeza que o Paulo Prado sustentaria a revista com dinheiro dele, mas isso não nos conviria, você compreende, porque nos deixaria, ao Alcântara e a mim, numa situação indiscutível de subalternidade que não seria envergonhante, eu sei, mas era sempre desagradável, quanto à orientação da revista” (p. 96, carta de 28 fev. 1932).

³² *Idem, ibidem*, p. 83 (carta de 23 jan. 1932).

³³ MORAES, Marcos Antonio de (org.), *op. cit.*, p. 492 (carta de 24 mar. 1931). De acordo com CALICCHIO, Vera. Augusto Frederico Schmidt. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v. V, p. 5330, na época Schmidt dirigia a Livraria Católica, no fundo da qual deu início à editora que levaria o seu nome.

³⁴ MACHADO, Antônio de Alcântara, *op. cit.*, p. 145.

³⁵ MORAES, Marcos Antonio de (org.), *op. cit.*, p. 536.

³⁶ Para a trajetória da *Revista do Arquivo Municipal*, bastante citada na correspondência de Mário, consultar RUBINO, Silvana. *op. cit.*, p. 494-499. Já a *Revista Clima* foi objeto de cuidadosa pesquisa de PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver, ainda, o depoimento de CANDIDO, Antonio. *Clima. In: Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 153-171, no qual o autor fornece detalhes acerca das fases da publicação e de sua posição frente às questões políticas.